

Sujeito, língua e discurso no en(tre)laço da história das ideias linguísticas no Brasil

Sujet, langage et discours dans l'entrelacement de l'histoire des idées linguistiques au Brésil

Emanuel Angelo Nascimento¹

Resumo: Partindo da reflexão de Michel Pêcheux de que há um “real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 1990, p. 43), procuramos neste artigo refletir sobre a questão posta por Eni Orlandi sobre os processos de ensino e aprendizagem em relação não apenas com a memória discursiva (interdiscurso) mas em relação àquilo que vale a pena buscar enquanto “tipo de saber que não se reduz à ordem das coisas-a-saber. Assim, destacando a importância de se inaugurarem novas práticas de leitura (ORLANDI, 1998) en(tre)laçadas à análise de discurso de se construir outras “escutas” enquanto tarefa de compreender o real “sujeito à interpretação e que se dá no cruzamento da língua com a história” (ibidem, p. 10), articulamos as reflexões de Orlandi às reflexões de Pfeiffer (2000) buscando lançar olhar sobre a questão do sujeito, da língua, do ensino e do discurso no percurso também da história das ideias linguísticas no Brasil.

Palavras-chave: Sujeito e discurso; língua e ensino; história das ideias linguísticas.

Résumé: Partant de la réflexion de Michel Pêcheux selon laquelle il existe un réel constitutif étranger à l'univocité logique et une connaissance qui ne se transmet pas, il n'est pas appris, il n'est pas enseigné et il existe néanmoins des effets produisant (PÊCHEUX, 1990), nous cherchons dans cet article à réfléchir à la question posée par Eni Orlandi sur les processus d'enseignement et d'apprentissage en relation non seulement avec la mémoire discursive (interdisciplinaire), mais aussi avec ce qui mérite d'être poursuivi comme une sorte de connaissance qui n'est pas utile. réduit à l'ordre des choses à savoir. Ainsi, soulignant l'importance d'inaugurer de nouvelles pratiques de lecture (ORLANDI, 1998) dans l'analyse du discours consistant à construire d'autres « écoutes » comme une tâche visant à comprendre le réel « sujet à interprétation et à lecture » qui se produit à l'intersection du langage et de l'histoire" (ibid., p.10), nous articulons les réflexions d'Orlandi avec les réflexions de Pfeiffer (2000), cherchant à examiner les questions de sujet, de la langue, de l'enseignement et de le discours au cours de l'histoire des idées linguistiques au Brésil.

Mots-clés: Sujet et discours; langue et enseignement; histoire des idées linguistiques.

Para início de conversa...

Trago para as reflexões propostas neste artigo dois textos-base. Um deles é o da tese de doutorado *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*, defendida por Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, em 2000, pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Outro texto é o artigo de Eni Orlandi, *Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico*, publicado na revista *Rua (Unicamp)*, em 1998. O objetivo de en(ter)laçar estes dois textos é o de se discutir a questão do

¹ Mestrando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil.

sujeito, da língua, do ensino numa perspectiva discursiva no percurso da história das ideias linguísticas no Brasil.

Pfeiffer em sua tese reflete sobre os sentidos postos em movimento pelo lugar do bem-dizer na língua, considerando os efeitos produzidos pelo lugar legitimado de um dizer bem-dito e pensando, sobretudo, na relação entre sujeito, língua e ideologia. A ideia defendida pela autora de que “o sujeito não nasce cidadão, apesar da pretensa igualdade” (PFEIFFER, 2000, p. 21) se coloca diante do desafio de que “o sujeito tem de « fazer por merecer » esta posição” (idem, p. 21). E, no caso, o que Pfeiffer destaca é que “um dos méritos consiste em ter uma qualidade efetiva do uso da língua nacional” (*ibidem*, p. 21). Nesse sentido, a autora traz para a discussão, em sua tese, importantes questões como (i) a do bem-dizer em sua relação com a retórica; (ii) a do sujeito-autor; (iii) a dos sentidos para sujeito e língua nacionais na historiografia sobre o ensino e a educação brasileira, pensando nos processos de urbanização e nos lugares institucionalizados de escolarização; além das (iv) relações entre nação, gramatização da língua nacional, políticas de ensino da língua e obras didáticas.

Um percurso de estudo em História das Ideias Linguísticas no Brasil...

Em meu percurso, durante a disciplina de História das Ideias Linguísticas no Brasil, oferecido pela prof^a dr^a Ana Cláudia Fernandes Ferreira, junto ao programa de pós-graduação em Linguística pelo IEL/UNICAMP, no 2º semestre de 2018, tive a oportunidade de articular a minha leitura tese de Pfeiffer às reflexões em aula acerca das ideias linguísticas na história brasileira a partir de textos e obras importantes da área, tais como as obras de Sylvain Auroux (*A revolução tecnológica da gramatização* [1992] e *Histoire des idées linguistiques* – tomes 1 et 2 [1992]), a tese e os textos da própria Ana Cláudia F. Ferreira (*A Lingüística entre os Nomes da Linguagem – uma reflexão na História das Idéias Lingüísticas no Brasil* [2009] e *A análise de discurso e a constituição de uma história das ideias linguísticas no Brasil* [2018]), bem como a obra organizada por Eni Orlandi *História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*, de 2001.

No contato com estas obras e na leitura de outros textos, pude refletir sobre os estudos de linguagem e as instituições de ensino e pesquisa no Brasil, bem como sobre a gramatização brasileira do Português em sua relação com uma história da gramática no Brasil. Nesse sentido, foram discutidas as questões da colonização e descolonização linguística, a relação entre línguas, o Estado e as Instituições no Brasil entre os séculos XVI e XIX, os processos de gramatização brasileira do português e a gramatização brasileira do brasileiro. Em outro momento, foi possível tocar em questões importantes sobre a história da gramática no Brasil entre os séculos XIX e XX, sobre a questão da(s) língua(s) entre a Gramática, a Filologia e a Linguística, bem como sobre a linguística nas instituições universitárias brasileiras e na UNICAMP (entre os nomes dos estudos da linguagem), a partir da institucionalização de estudos sobre o sentido no país em sua relação imbricada e en(tre)laçada com outros campos, tais como o da Semântica Argumentativa e o da Análise de Discurso.

Ensino da língua, sujeitos e sentidos na relação com a Análise de Discurso

Assim, tendo como ponto de entrada e de sustentação as minhas leituras em Análise de Discurso, trouxe inevitavelmente comigo (para refletir sobre o ensino da língua, os sujeitos e os sentidos) o importante pensamento de Michel Pêcheux, que em sua obra *O discurso: estrutura ou acontecimento*, afirma que há um “real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 1990, p. 43). Ao lado deste pensamento, passei a refletir também com Eni Orlandi, que coloca a questão dos processos de ensino e aprendizagem em relação não apenas com a memória discursiva (interdiscurso) mas em relação àquilo que vale a pena buscar enquanto “tipo de saber que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” (*ibidem*, p. 45). A autora, nesse sentido, destaca a importância de se “inaugurarem novas práticas de leitura” (ORLANDI, 1998, p. 10) pensando na proposta en(tre)laçada à análise de discurso de se construir outras “escutas”

enquanto tarefa de compreender o real “sujeito à interpretação e que se dá no cruzamento da língua com a história” (*ibidem*, p. 10).

Assim, considerando-se o sentido como “relação a”, Eni Orlandi chama a atenção para os gestos de interpretação e para as práticas de leitura que levem em conta a inscrição da língua na história. Ou seja: “na relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro” (*ibidem*, p. 10), a autora ressalta a “escuta”, por exemplo, como prática fundamental para se observar, entre outros pontos e aspectos, a presença do não-dito naquilo que é dito, enquanto parte do dizível acessível ao sujeito e enquanto materialidade discursiva com a qual o analista trabalha.

Afastando-se, desse modo, de uma visão “conteudística”, isto é, de mera representação de conteúdos, essas práticas de leitura, de interpretação e de escuta, tendo como ponto basilar a trilogia Max-Freud-Saussure, buscam “compreender como sujeito e sentido se constituem” na relação entre o simbólico e o significante, no trabalho do inconsciente e da ideologia. O que se coloca em foco a partir disso é o questionamento à ideia de ‘suposta’ transparência da linguagem e à questão do sentido como “evidente”, pensando no “próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse e da falta”, nos termos de Pêcheux (1982) trazidos pela autora, nesse reconhecimento do “jogo de diferenças, alterações, contradições” não concebido “como amolecimento de um núcleo duro lógico” (PÊCHEUX, 1982, *apud* ORLANDI, 1998, p. 11).

Nessa perspectiva, é importante assinalar que “como os objetos de saber estão inscritos em filiações (e não são produtos de aprendizagem) ninguém tem o completo domínio do que diz”, tal como afirma Orlandi (1998, p. 12), principalmente quando a autora faz questão, sobretudo, de destacar que “ideologia não se aprende, inconsciente não se controla com o saber. Eis o homem, ou melhor, o sujeito, posto na ordem dos efeitos do simbólico e da história” (*ibidem*, p. 11).

Além disto, a autora enfatiza:

[...] se assim é, a própria língua funciona ideologicamente, ou seja, tem em sua materialidade esse jogo, o lugar da falha, do equívoco: todo enunciado, dirá Pêcheux (idem), é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo portanto suscetível de tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado, é lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e de ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos (ORLANDI, 1998, p. 11).

Essa reflexão encontra lugar na relação dos sujeitos com a língua pela sua inscrição na história, destacando-se de forma fundamental a relação de alteridade: o outro enunciado se constitui justamente porque “há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro languageiro discursivo” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p. 11) e daí, por conseguinte, é que “pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (idem, p. 11).

Eni Orlandi também reflete sobre *o dito e a interpretação*, tratando, em seguida, da questão do mesmo e do diferente – pensando na relação contraditória entre a paráfrase e a polissemia e considerando os diferentes modos de funcionamento da língua e seus efeitos linguísticos e discursivos na história.

Repensando, nesse sentido, as práticas de produção textual, em especial sobre a questão da *redação* na relação entre a posição-sujeito professor a posição-sujeito aluno, na escola, a autora traz as noções de *autor* (enquanto função da noção de sujeito), de *autoria* e de *função-autor*. O *autor* enquanto princípio de agrupamento do discurso e de organização produzindo um efeito de unidade se “coloca como responsável pelo texto que produz” (ORLANDI, 1998, p. 13). Diante da impossibilidade de evitar a *repetição*, o autor, assim, segundo a autora, assume sua posição de autoria inscrevendo sua formulação no interdiscurso, isto é, na memória, e “instaurando um lugar de interpretação no meio de outros” (idem, p. 13).

Levando em conta três diferentes modos de repetição (a empírica, a formal e a histórica), Eni reflete sobre esse gesto inevitável afirmando constituir ele um movimento no qual estaria inscrita a aprendizagem enquanto “possibilidade da

Escola interferir na relação com o repetível: criar condições para que o aluno trabalhe sua relação com suas filiações de sentido, com a memória do dizer” (ibidem, p. 14). No caso, “o dizível é o repetível, ou seja, o que é passível de interpretação num movimento de inscrição e deslocamentos simultâneos” (ORLANDI, 1998, p. 14).

É nessa relação com os sentidos tomados pela polissemia e pelas possibilidades de interpretar e dizer que Eni vai trazer para a discussão a questão da *paráfrase* enquanto contradição entre o mesmo e o diferente. A partir disso, a autora vai dizer:

[...] esta é uma relação contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva. Mas há outros sentidos nessa contradição [...] Em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção da diferença (ORLANDI, 1998, p. 15).

Há nesse jogo entre polissemia e paráfrase um recorte significativo da situação relevante para o processo de significação e determinado pela sua relação com a memória (isto é, com o interdiscurso) e com a ideologia. “Daí a necessidade de se pensar o gesto de interpretação como lugar da contradição” (idem, p. 16) sendo aquilo que “permite o dizer do sujeito pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização)” (ibidem, p. 16).

Eni Orlandi, procurando dar um efeito de desfecho para o seu texto, faz uma crítica em especial à questão do discurso autoritário por considerar que “ele, ao estancar a polissemia, não permite a reversibilidade” (ORLANDI, 1998, p. 17). Reversibilidade entendida pela autoria como possibilidade de que haja movimento e intercambialidade nas posições, por exemplo, aluno/professor e de que haja igual legitimidade no processo discursivo. Dito de outro modo, podemos dizer que as diferentes posições (aluno/professor) a partir do discurso pedagógico se constituem de gestos de interpretação diferentes. Segundo Orlandi (1998, p. 17), “isto quer dizer que na relação professor/aluno deve haver um espaço de jogo que possibilite a transferência, trabalho de memória que permite a repetição histórica, deslocamentos de sentidos”.

Um capítulo em específico da tese de Pfeiffer

Na pesquisa *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*, desenvolvida em 2000 por Claudia Pfeiffer junto ao IEL/UNICAMP, a autora desenvolve sua tese em três capítulos, o primeiro deles sobre (i) um dizer inicial sobre o *bem-dizer na sua relação com a retórica*, no qual Pfeiffer discute sobre a noção fundamental de sujeito-autor e os sentidos na historiografia sobre a educação brasileira, enquanto no segundo capítulo a pesquisadora reflete sobre (ii) os sentidos para *sujeitos e línguas nacionais*, principalmente sobre a inscrição histórica de um dizer brasileiro, e sobre a urbanidade da língua. Já no terceiro capítulo Pfeiffer aborda a questão da retórica enquanto lugar para se dizer (sobre o) sujeito.

Destacaremos aqui a questão do segundo capítulo sobre os sentidos na historiografia sobre a educação brasileira justamente para entrelaçarmos as ideias desenvolvidas por Pfeiffer à nossa discussão sobre sujeito, língua, ensino e discurso no percurso da história das ideias linguísticas no Brasil.

Nesse capítulo em específico, a autora discorre sobre:

- Sentidos de sujeitos escolarizados
- Letramento & urbanização na relação com o sentido de civilização
- O capítulo, sobretudo, traz alguns documentos da historiografia sobre a educação brasileira:

Pfeiffer, inicialmente, traz para a sua discussão o livro de José Ricardo PIRES DE ALMEIDA *A instrução pública no Brasil* (1889, trad. 1989) – dedicado ao Monsenhor Gaston d'Orléans, esposo da Princesa Isabel e influente na chamada nova face da educação nacional, tendo passado por muitos lugares do saber de prestígio.

O livro, segundo a pesquisadora, foi escrito em francês no esforço do autor de tentar colocar a situação da escola brasileira em evidência. Assim, Pfeiffer afirma que Pires de Almeida ressalta o destaque à época injustamente dado à Argentina. Ele traz uma crítica sobre o argumento estatístico comprobatório da superioridade brasileira em relação à Argentina indicam sentidos de uma discursividade dominante da época; formas de contabilizar a relação número de alunos por habitantes. Esta

seria à época uma nova forma de contabilização do Império, se apoiando em filiações de sentidos que opõem o rural do urbano; o cidadão do “extra” cidadão.

Pfeiffer (2000) destaca que

[...] este é o período em que se dá a gramatização da língua nacional, o que implica em processos de legitimação de um dizer brasileiro, de um poder dizer. Se a língua portuguesa (designação densa de sentidos contraditórios) não se faz capaz, na discursividade que dá lugar para o dizer de Pires de Almeida, de legitimar um lugar para o Brasil (sua evidência), legitima-se este dizer em língua outra já autorizada (PFEIFFER, 2000, p. 32).

Além disso, a autora chama a atenção para os sentidos contraditórios dentro do projeto HIL (História das Ideias Linguísticas) sobre os sentidos de LP (Língua Portuguesa). Nesse entendimento:

[...] pertencer ao Império, à tutela do Império, é poder ir à escola e poder ir à escola faz do indivíduo uma cifra a ser contabilizada na população do Império. E o que não é contabilizado? E o resto? Este resto nos aponta para sentidos que conformam o ser brasileiro em uma relação constitutiva com a escolarização: pode ir à escola quem é brasileiro e ser brasileiro é poder ir à escola. Eu diria ainda que estes sentidos apontam para uma relação fundante entre escolarização e urbanidade. Está apto a ser escolarizado aquele que está urbanizado. E volta a mesma uma palavra: civilizado (idem, p. 32).

Ou seja, a autora procura mostrar como Pires de Almeida se apóia em um discurso na busca pela nacionalidade que pode ser provada por uma independência intelectual brasileira em relação a Portugal: (p. XIX) e (p. 32) *nossos engenheiros, músicos e artistas em geral que têm demonstrado seus talentos econhecidamente no Brasil e na Europa...* Enquanto João Pedro Martins, século XIX/XX, em seu *No Templo de Minerva* (O Ensino Primário no Brasil), reflete sobre *as lições de integridade de carácter pae moral e intellectual dos pequeninos entregues pelos progenitores.*

Nestas obras, são discutidas, entre outras, as abordadas as ideias de que:

- « (A Escola é a) oficina onde se molda o carácter e se aclara o espírito dos cidadãos de amanhã »
- « Escola do Povo é a única possibilidade de se inspirar a toda nação o espírito de moralidade, religião e patriotismo» (Joaquim Teixeira de Macedo, Diretor de Secção da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, 1880)
- a cruzada contra o analfabetismo ressoa sentidos em urna guerra contra o
- analfabeto.

- o professor-patriota enquanto figura representativa daquele que salva a nação da imoralidade e da ignorância

Pfeiffer também traz neste seu segundo capítulo (p. 37) trechos do Relatório estatístico da Instrução da Diretoria Geral de Estatística, escrito em 1916, contidos na obra de Pires de Almeida:

“afim de attenuar os males que o analphabetismo acarreta á Republica Brasileira, prejudicando o seu progresso e collocando-o em nivel inferiores á situação de outros paizes do continente americano [...] Dizer a verdade não é um crime de lesopatriotismo. É um dever não só dos governantes, mas tambem dos que auxiliam os poderes publicas na obra bemfazeja do engrandecimento da pátria”.

Ao discutir estes dados, a autora reforça a ideia de tal documento se integra às práticas discursivas que produzem um deslize de sentidos na referência ao problema do analfabetismo enunciado. O problema passa a ser o sujeito referido como analfabeto. Do ponto de vista discursivo, segundo a pesquisadora, constrói-se um acontecimento (enquanto produtor/instalador de nova temporalidade). A escola pública primária instaura e presentifica, desse modo, um problema a ser extirpado, confrontando assim:

DOIS MUNDOS
O MUNDO DOS BEM LETRADOS E O DOS MAL LETRADOS
EM UM CONFRONTO ESTRATÉGICO DE UM SÓ MUNDO

Em seguida Pfeiffer descreve que Pires de Almeida observa um relato do Padre Vasconcellos sobre **descrever uma homogeneidade de ensino**, uma homogeneidade curricular na capital e seu distrito. Assim, Pires de Almeida destaca que o Marques de Pombal é que vai se ocupar da educação no Brasil, preocupando-se em fazê-la penetrar em todo o Brasil. Novamente a referência a uma falta, para Pfeiffer. Uma falta sempre presente. O ensino brasileiro, ela afirma, se conforma pela presença constitutiva desta falta: o obstáculo sempre presente da falta de professores bem formados capazes de instruir os outros, reforçando a ideia dos:

<< sempre bons professores do passado >>

Um discurso fundador que, para Pfeiffer, define nossa educação pela falta, uma falta que se dá sempre presentificada em contraste com um passado que se temporaliza a todo instante. Nota: aqui o discurso fundador produzindo, segundo Orlandi (1993) uma « nova ordem dos sentidos», se dando sobre os « retalhos » dos sentidos em movimento.

A autora também destaca o contexto da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal no período em que a educação no Brasil estava sob o controle absoluto dos jesuítas, tendo a municipalidade apenas uma ligeira influência. E chama, assim, a atenção para o Decreto de 3/09/1759 de Pombal que « secularizou a docência oficial. (...) (abrindo espaço) para os doutorados em Coimbra (...) (ocuparem) as cathedras do magistério publico » (p. 119 do Decreto).

Para a autora, fica estabelecido discursivamente, desse modo, uma distinção entre '**Ensino Público**' e '**Instrução primária dada ao povo**' – em que *público* está em uma rede parafrástica com 'população do Império', com o mundo do letrado já autorizado. Povo significando o resto constituído como parte sempre marcada por um fracasso. Assim, Pfeiffer reflete sobre:

**A NÃO COINCIDÊNCIA DE SENTIDOS ENTRE DOIS
MUNDOS EM DISSENÇÃO: LETRADOS E NÃO
LETRADOS, SOB A APARENTE NORMALIDADE,
ESTABILIDADE, DE UM SÓ MUNDO, DE UM SÓ
POVO.**

Pfeiffer considera, desse modo, a discursividade de Pires de Almeida bastante consistente ao produzir sentidos de uma eternalização de um presente ruim e de um passado nostálgico para a instrução pública. Para a autora, uma prática discursiva que presentifica a educação de má qualidade e a coloca em um passado

contínuo, edílico, de educação capaz, adequada, construindo, assim, uma atemporalização para a educação de qualidade e produzindo um não-lugar.

Nessa perspectiva, os sentidos postos por esta discursividade fundada no critério de dispersão territorial produzem, segundo Pfeiffer (2000, p. 50), um jogo parafrástico entre *Nações Brasileiras*, habitantes e Indígenas em oposição a *Moradores Brasileiros*, que trabalham uma distinção entre habitantes bem colocados e mal colocados

<p style="text-align: center;">SER MORADOR 'população do Império', letrado autorizado, público deste mundo letrado</p>	X	<p style="text-align: center;">SER HABITANTE remete-se a ser índio, mal catequizado e instruído, sem moral e consciência política, mal letrado, incapaz, não civilizado</p>
---	---	--

Pensando com Pfeiffer sobre esta polarização concordamos, nesse sentido, com a reflexão da autora de que:

[...] deste modo o lugar do dizer bem-dito, lugar que garante a posição autorizada da autoria, pois que cumpre com a exigência de determinação da língua - isenção de ambigüidades, contrasensos, erros gramaticais, discurso oco, toma uma especificidade e densidade materiais no interior da história de cada organização. Dito de outro modo, a língua só faz sentido porque nela comparecem sujeito e história no contínuo movimento dos sentidos possíveis e impossíveis Assim a língua, no sujeito urbano escolarizado brasileiro, materializa uma trama de sentidos que significa o lugar do mal-dizer na imoralidade, ignorância, involução, antiética, perpassado pelo processo de individualização que remete estes sentidos à responsabilidade individual, responsabilidade perpassada por um religiosismo que lhe conforma nos sentidos de uma culpabilidade que imobiliza o sujeito, dito no mal-dizer, no sem-sentido (PFEIFFER, 2000, p. 172).

Retomando mais um pouco de Pfeiffer e amarrando as pontas: um efeito de desfecho...

Pensar, desse modo, em uma produtiva articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, me faz olhar para essas reflexões de M. Pêcheux, na França, e de Eni. Orlandi, no Brasil, situando o lugar de outras marcas de construção de sentido, na relação com o trabalho de autoria do sujeito, abrindo espaços de interpretação, tal como nos aponta Pfeiffer (2000). É, nesse sentido, que a autora chama a atenção para o fato de que:

[...] para que a função-autor se dê legitimamente [...] é preciso que se dê a negação da multiplicidade do sujeito e da pluralidade dos sentidos. Ela exige que o sujeito se submeta a esta dupla ilusão de modo a apresentar um texto bem dito (PFEIFFER, 2000, p. 24).

Tomo a ideia de Pfeiffer que nos move corajosamente no sentido de questionar a retórica nesse jogo de tirania da igualdade e de resistência, a partir da qual letrados e não letrados se colocam na não coincidência de sentidos entre os diferentes espaços do “mesmo”(?) território nacional na relação entre “dois mundos em dissensão: letrados e não letrados, sob a aparente normalidade, estabilidade, de um só mundo, de um só povo” (ibidem, p. 45). Desse modo, essa discursividade, segundo a autora:

[...] constrói um lugar da enunciação para a língua nacional em que língua, urbanização, escolarização, nação, se fazem contrapartes da ideia de civilidade. Língua nacional que constrói o lugar para se dizer no bem dizer. Sentidos que dão referência para um sujeito urbano escolarizado autorizado ou não autorizado a ocupar este lugar do bem-dizer (idem, p. 14).

Considerar esse sujeito escolarizado, civilizado, frente ao excluído, ao não letrado, nos diferentes espaços de institucionalização do ensino da língua (a Escola, a Universidade), coloca como ponto de reflexão a questão do discurso autoritário, que segundo Orlandi, por não legitimar o diferente, o não escolarizado, produz uma intervenção estancando a contradição, a polissemia, não permitindo a “reversibilidade” (ORLANDI, 1998, p. 17). Reversibilidade entendida pela autoria como possibilidade de que haja movimento e intercambialidade nas posições, por exemplo, aluno/professor e de que haja igual legitimidade no processo discursivo. Este pensamento dialoga com a ideia de Pfeiffer de que:

[...] levar o político para dentro da escola significa, pois, deslocar esta sobreposição que esvazia os sentidos da autoria, da cidadania, colocando o sujeito na posição de e não em vias de ter condição de estar na posição de. Deslocamento em que comparecem sentidos contraditórios, imersos em jogos identitários constituídos por memórias do dizer conflitantes. Deslocamento para o qual não basta uma vontade individual, pois que joga o imaginário com sua força consistente, eficaz e estabilizadora. Pensar no político dentro da escola, indissociando o ético do político, não implica, pois, na busca de responsáveis pelos sentidos que estão em jogo no gesto de qualificar um texto escolar como mal-sucedido ou retórico, por exemplo. Estes sentidos estão postos, não pelas individualidades, mas pela interdiscursividade. Porém, no gesto mesmo de compreender os efeitos e funcionamentos dos sentidos que conformam o bem ou o mal dizer, abrem-se espaços outros para possíveis outros gestos de interpretação entre sujeitos, para sujeitos (PFEIFFER, 2000, p. 173).

Além disso, a partir de tais reflexões sobre a questão do sujeito, da língua, do ensino da língua e do discurso nesse en(tre)lço da história das ideias linguísticas no Brasil com a Análise do Discurso, podemos dizer que as diferentes posições, por exemplo, (letrado/não-letrado, aluno/professor) seja pela tomada do discurso pedagógico ou do discurso dominante se constituem de gestos de interpretação diferentes, constituindo diferentes formações discursivas e ideológicas. E para Orlandi (1998, p. 17), “isto quer dizer que na relação professor/aluno deve haver um espaço de jogo que possibilite a transferência, trabalho de memória que permite a repetição histórica, deslocamentos de sentidos”.

“Daí a necessidade de se pensar o gesto de interpretação como lugar da contradição” (ORLANDI, 1998, p. 16) sendo aquilo que “permite o dizer do sujeito pela repetição (efeito do já-dito) e pelo deslocamento (historicização)” (*ibidem*, p. 16).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. P. *L'instruction publique au Brésil*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos: 1889.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. *Histoire des idées linguistiques*. Tomes 1 et 2. Liège: Madarga, 1992.
- BALDINI, L. S. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação de mestrado, IEL-Unicamp, 1999.
- DIAS, L.F. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Pontes: Campinas, 1996.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA *Estatística da instrução*, I parte, Estatística Escolar, vol. I, Rio de Janeiro, 1916.
- FERREIRA, A. C. F. *A lingüística entre os nomes da linguagem – uma reflexão na história das idéias lingüísticas no Brasil*. 2009. 249 f. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- _____. A análise de discurso e a constituição de uma história das ideias linguísticas no Brasil. *Fragmentum*, n. especial, p. 17-47, jul/dez 2018.
- GALLO, S. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- GUIMARÃES & ORLANDI, (orgs) *Língua e cidadania – o português no Brasil*. 1 ed. Pontes, Campinas, 1996.
- GUIMARÃES, E. História da gramática no Brasil e ensino, *Relatos*, n. 5, IEL, Campinas, outubro de 1997.
- GUIMARÃES, E. *Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional no Brasil*, Mimeo, 1997.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de doutorado. IEL/Unicamp, Campinas, 1998.
- MARJANI, B. S. C. L' institutionnalisation de la langue, de la mémoire et de la citoyenneté au Brésil durant le XVIII^e Siècle: le rôle des Académies Littéraires et de la politique du Marquis de Pombal. *Langages*, n. 130, Larousse, Paris, 1998.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Ed Pontes, 1983.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista! - discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Ed. Unicamp/Cortez Ed., São Paulo/Campinas, 1990.
- ORLANDI, E. P. A língua brasileira. *Anais da Abralin*, SBPC, São Paulo, 1993.
- ORLANDI, E. P. *O discurso dos naturalistas*, 1993, mimeo.
- ORLANDI, E. P. (1997a) O estado, a gramática, a autoria. *Relatos*, n. 4, IEL, Campinas, junho de 1997a.
- ORLANDI, E. (1997b) "Gramática, gramatização e a emergência dos primeiros gramáticos brasileiros. Estudos da linguagem: limites e espaços. *Anais do VI Congresso da ASSEL-RJ*, ed. UFRJ, RJ, 1997b.

- ORLANDI, E. (1998) Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *Rua (Unicamp)*, v. 4, n. 1, 1998.
- ORLANDI, E. P. (1999a) Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos*, n. 4, Labeurb/Unicamp, Campinas, 1999.
- ORLANDI, E. P. (1999b) N/ó limiar da cidade. *RUA Especial* – n. 1. Jornada Científica Urbanizar a Cidade, Nudecri! Unicamp, Campinas, 1999.
- ORLANDI, E. (Org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Cáceres: UNEMAT/Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. (1969) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Ed. Unicamp, Campinas, 1990
- PÊCHEUX, M & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F e HAK, T (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: ed da Unicamp, 1990.
- PFEIFFER, C. R. C. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. 2000. 185 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- SILVA, M. V. Alphabétisation, écriture et oralité. *Langages*, 130, Paris, 1998.
- SILVA, M. V. da *Historia da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp, 1998.
- SILVA-LISBOA, B. da *Annaes do Rio de Janeiro (A descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a historia civil e ecclesiastica, até a chegada d'El Rei Dom João VI ; além de noticias topographicas, zoologicas, e botanicas)*, tomo I. Rio de Janeiro, 1834.
- SOUZA, R. A. de *O império da eloquência - retórica e poética no Brasil Oitocentista*. Ed. UERJ/EdUFF, Rio de Janeiro, 1999.
- VILLALTA, L. C. O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 1, Companhia das Letras, São Paulo, 1997.